

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 21/2020, em que é recorrente **Simplicio Monteiro dos Santos** e entidade recorrida o **2º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 31/2023

(Autos de Amparo 21 /2020, Simplicio Monteiro dos Santos v. 2º JCTCSV, Inadmissão por Não-Esgotamento das Vias Legais de Recurso)

I. Relatório

1. O Senhor Simplicio Monteiro dos Santos não se conformando com condutas do 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Mindelo veio ao Tribunal Constitucional pedir amparo e requerer a decretação de medidas provisórias, para tanto aduzindo os seguintes argumentos:

1.1. Sempre que um órgão judicial, quer da primeira instância, quer da segunda, pratique ato ou omissão do qual resulte direta, imediata e necessariamente violação de direitos, liberdades e garantias – como seria o caso – e independentemente da forma de processo, poderia interpor recurso de amparo inominado ou ordinário dirigido à própria entidade coatora.

1.2. Nessa qualidade dirigiu ao Escrivão de Direito do Tribunal da Comarca de São Vicente requerimento pedindo a reparação dos seus direitos de acesso à justiça, à tutela jurisdicional efetiva e do direito de livre à livre escolha da profissão do advogado que subscreveu a petição.

1.3. O objeto primário do recurso seria o ato emanado do escrivão de direito de devolver o recurso de amparo que dirigiu ao TRB, mas este ato secundário acabou por

conduzir à interposição do recurso de amparo e ao despacho do meritíssimo juiz, do qual o seu mandatário foi notificado como mandatário não judicial e não como advogado constituído por via postal, mantendo-se a decisão recorrida e declarando-se “não ser o Tribunal a quo, mas sim o TC [o] tribunal competente para o julgar”.

1.4. Não há dúvida que esse despacho é recorrível para o TRB por via de um novo recurso de amparo denominado em virtude de ele ter se pronunciado sobre a questão de suspensão de advogado por incumprimento de quotas, dizendo que o subscritor da peça em processo que impunha a constituição de advogado não estava inscrito na OACV, logo não podendo exercer atos próprios da advocacia.

1.5. Entende que “por não haver irregularidades naquele requerimento do recurso de Apelação para o TRB, quanto aos ‘requisitos externos’ como falta de assinatura, (...) por exemplo, não cabia ao Escrivão de Direito emitir acto de devolução do mesmo, sob a forma de Nota de Recusa, pelo que deveria ser recebido (ILEGALIDADE GRAVE E ABUSO DE PODER), integrando a nulidade (por violação de norma adjectiva relativamente à distribuição da petição inicial, e por analogia, ao processamento e julgamento do requerimento de recursos ordinários), mas sim, autu[á]-lo, fazendo autos conclusos ao Juiz da causa para julgamento da sua admissibilidade, sob pena de responsabilidade administrativa e civil em caso de prejudicar os interesses e direitos legalmente protegidos do Réu, Apelante, ora Recorrente”.

1.6. Acresceria que “ao abrigo do artigo 2º, n.º 1 da Lei do Amparo”, considerar-se-ia “acto da Secretaria, sob a forma de Nota de Recusa supra, lesivo dos direitos fundamentais, formalmente constitucionais, acima referidos, como já fundamentado supra, apenas atacável em sede do recurso de amparo, e não da reclamação hierárquica para o Juiz da Causa, por a recusa de recebimento do papel não ter nada a ver com as questões da lide, o qual é suscetível de ser declarado, sem d[ú]vidas, como “inexistente” ao abrigo do artigo 25º da Lei do Recurso de Amparo vigente, com o fundamento de que alegada fiscalização (o exercício de poder de polícia das profissões) por parte deste funcionário e depois pelo juiz da causa não tem base constitucional e legal. Porquanto, quando se tenha apoiado, como é o caso concreto, em inexistentes actos administrativos definitivos e executórios ou regulamentos administrativos emanados do Conselho Superior da Ordem dos Advogados de Cabo Verde que não tenham, supostamente,

afastado, advogados, como o subscritor de apelação dos quadros dessa Ordem Profissional como membro e advogado, inscrito sob a Cédula Profissional 063/01, como atesta cópia da mesma, enquanto documento junto aos autos, considera-se que ambos os coactores supra cometeram crimes de injúria contra o advogado como autoridade, por força dos Estatutos da OACV e inconstitucional (por ter tomado referência, eventualmente, ao artigo 112º/2 dos Estatutos da OACV que suspende advogados, automaticamente, quando não paguem, sucessivamente, seis meses de quotas, por afronta ao citado artigo 12º (Direito à Escolha da profissão) da CR de 1992 em vigor)”.

1.7. Concluiu:

1.7.1. Recuperando os factos já mencionados;

1.7.2. Promovendo entendimento de que este recurso de amparo não deve ser visto como uma acção directa como os recursos restritos à questão da constitucionalidade ou ilegalidade de normas, mas sim como uma situação em que o ofendido pede reparação ao órgão judicial que a praticou, sob pena de “interpor recurso de amparo como constitucional, subindo em separado “ao TC”.

1.7.3. E sumariando diz que considera “o primeiro objeto do presente recurso de amparo constitucional o ato judicial de valor inferior emanado do Escrivão de Direito (...) que recusa reparar (...) a violação de direitos fundamentais constitucionalmente reconhecidos”, e o segundo “o Despacho do Juiz do 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, no que respeita, sobretudo, ao direito fundamental à liberdade de profissão do advogado constituído (...), ainda que tenha mantido a Nota de Recusa da Secretaria, recorrida, relativamente à competência do tribunal para conhecer do primeiro recurso de amparo interposto perante o Escrivão de Direito, por se ter pronunciado, no uso do seu poder de polícia das profissões, sobre a situação do subscritor da apelação enquanto advogado (...)”, o que acabou por ofender a honra e a dignidade da pessoa do advogado constituído nos autos principais.

1.8. E terminou o seu arrazoado pedindo a “declaração da nulidade do despacho judicial com as consequências da invalidade da Nota de Recusa da Secretaria (artigo 25º, nº 1, b da Lei do Amparo), ao mesmo tempo concedendo o amparo dos direitos de acesso

à justiça e à tutela jurisdicional efectiva (artigo, n.º 1 da CR à escolha da profissão com o respectivo exercício livre da profissão do advogado (artigo 42º, nº 1 da CR))”.

1.9. O recurso foi instruído com vários documentos entre os quais realça-se a nota de recusa de recebimento do recurso de Amparo emitida pelo Escrivão de Direito do 2.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente e o despacho do juiz do referido juízo que confirma a dita recusa.

1.10. Subsequentemente requereu a decretação de medidas provisórias no dia 13 de novembro de 2020, através de peça superveniente acompanhada da seguinte argumentação:

1.10.1. Não se conformando com o registo de criança como sua filha na Conservatória dos Registos de São Vicente, apesar dos efeitos automáticos da interposição do recurso de amparo conduzirem à suspensão da instância, vem pedir medidas provisórias por haver fumo do bom direito;

1.10.2. No seu entendimento, como em Direito Público tudo o que não está permitido é proibido, o julgador não pode fixar efeitos devolutivos quando a lei não diz nada a respeito, por isso a decisão judicial que habilitaria aquele ato ainda não transitou em julgado, ao contrário do que consta do número 2 do averbamento ao assento da menor, “dando conta de que se deu, a 16 de setembro de 2020, aquele facto jurídico”, considerando que seria “dispensável o pedido de autoexecutoriedade daquele ato judicial, por já ter sido executado à margem da [L]ei de [A]mparo que não declara tais efeitos devolutivos do recurso de amparo constitucional para o TC”, havendo, pois, “erro judiciário”.

1.10.3. Desse erro judiciário poderiam resultar prejuízos de difícil reparação ou a inutilidade do amparo, o que justificaria adoção de medidas provisórias “no sentido de [se] preservar tais direitos fundamentais”.

1.10.4. Pede que o TC ordene ao Escrivão de Direito que envie ao TC certidão do ato de comunicação ao Registo Civil para a apreciação da sua legalidade, “prevendo a nulidade do ato ou inexistente o ato impugnado por ter sido emanado diante do não

trânsito de sentença declaratória em julgado, em autos de investigação de paternidade” ou que se declare a sua ilegalidade por omissão, face ao requerimento recebido pela Secretaria em 6 de novembro de 2020, e pedindo a secretaria da entidade recorrida, dentro do prazo que lhe vier a ser fixado por acórdão, que comunique, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei do Amparo, o cancelamento da registada menor como filha do requerente no seu assento de nascimento.

1.11. Já no dia 10 de dezembro veio pedir a adoção de medidas cautelares destinadas a suspender a executoriedade da decisão de pagamento de custas judiciais, por a secretaria do tribunal recorrido ter ordenado [???], sem que a sentença que julgou procedente e provada a ação de investigação de paternidade n.º 41/2025, tivesse transitado em julgado em março de 2020, porquanto da execução da referida decisão resultaria prejuízo irreparável ou de difícil reparação para o recorrente e a inutilidade do amparo requerido;

1.12. No dia 25 de fevereiro de 2022, veio o recorrente requerer junção doutos despachos de juiz que indeferiu o pedido de anulação de outro despacho que decide a devolução de reclamação para o TRB contra o pagamento de custas;

1.13. E no dia 22 de março de 2021, protocolou requerimento pedindo a supressão da omissão de julgamento de admissibilidade e do objeto do presente recurso de amparo.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo, foram os Autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, o qual, subscrito pelo Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República, ofereceu ao Tribunal a seguinte argumentação:

2.1. Não é evidente que se tenha esgotado todas as vias ordinárias de recurso permitidas na lei de processo considerando que se trata de uma situação que resulta de um despacho judicial prolatado na sequência de uma reação contra um ato de secretaria;

2.2. Posto que se é verdade que se reclamou para o juiz ao abrigo do artigo 154, parágrafo terceiro, do CPC, o despacho, não sendo de mero expediente, nem proferido no uso de poder discricionário do juiz, ainda era recorrível nos termos dos artigos 585, parágrafo

primeiro, e 588 do CPC, e em se tratando de decisão que não admitiu recurso dirigido a tribunal superior cabia reclamação dirigida ao TRB nos termos do artigo 599 do CPC.

2.3. Por essas razões, conclui que “não parece [que] o presente recurso de amparo constitucional preenche o pressuposto de esgotamento das vias de recurso ordinário exigível para a sua admissão e apreciação”, e oferece parecer no sentido de que “o recurso de amparo constitucional não preenche condições para a sua admissibilidade e, conseqüentemente, deve ser rejeitado”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 16 de fevereiro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, argüivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de*

novembro, Arlindo Teixeira v. STJ, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão*

27/2018, de 20 de dezembro, *Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o

amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que deve haver do ponto de vista da articulação da petição de amparo o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam e violações de um conjunto diversificado de direitos e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ele próprio eventuais deficiências, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. A petição corresponde às exigências mínimas previstas pela lei, permitindo a esta Corte apurar as suas intenções e as pretensões que pretendem fazer valer em juízo.

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.4. Sendo assim, todos os requisitos da peça estão presentes, considerando o Tribunal ter todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento

3. No essencial, consegue-se depreender as condutas que pretendem impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entendem terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque diz que:

3.1. As condutas que impugna seriam no essencial:

3.1.1. O ato da secretaria do 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente de recusa de receção de recurso de amparo que dirigiu ao TRB;

3.1.2. O Despacho do Juiz do 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente que o manteve, por entender que essa espécie de recurso é da competência do TC; e

3.1.3. O Despacho do Juiz do 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, que se pronunciou sobre a constituição obrigatória de advogado por o subscritor não se encontrar inscrito da OACV;

3.2. Por violação dos direitos:

3.2.1. De acesso à justiça;

3.2.2. À tutela jurisdicional efetiva;

3.2.3. De livre escolha e exercício livre da profissão.

3.3. Justificando concessão de amparo de “declaração de nulidade do despacho judicial com as consequências de invalidade da nota de recusa da secretaria”.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arroga ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ter direitos de proteção judiciária afetados pela conduta impugnada de não admissão de recurso que dirigiu ao TRB, possui legitimidade processual ativa, em relação a esta conduta, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão nº 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)). Diferente é a situação em relação à terceira conduta, posto que a sua liberdade de acesso e exercício da profissão não foi de forma alguma afetada por

qualquer ato do poder judicial. A titularidade desse direito no quadro dos presentes autos é exclusiva do seu mandatário e não dele próprio. Sendo assim, cabe a este desencadear os procedimentos que julgar adequados a defender posições jurídicas essenciais decorrentes desse direito que entenda terem sido afetadas por conduta do poder judicial (*Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, pp. 487-493, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. Embora não tenha sido autuada a certidão de notificação do despacho judicial recorrido, o facto de este datar de 14 de julho de 2020;

4.3.2. E de o recurso de amparo ter dado entrada no dia 30 do mesmo mês e ano é suficiente para se concluir que o mesmo é tempestivo.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo, a conduta impugnada, que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quanto remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnam normas (*Acórdão nº 35/2019, de 18 de*

outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1., *Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão nº 29/2019 e Acórdão nº 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, identifica-se três condutas, mas em relação a uma delas o recorrente não teria legitimidade para a suscitar, ficando apenas duas condutas, a saber: o ato da secretaria do 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente de recusa de receção de recurso de amparo que dirigiu ao TRB, e o Despacho do Juiz 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente que o manteve, por entender que essa espécie de recurso é da competência do TC.

5.1.1. Como é evidente, na medida em que o primeiro ato foi objeto de um recurso, que foi apreciado e decidido pelo segundo ato impugnado, é absorvido por este,

5.1.2. Perdendo a autonomia que permitiria o seu escrutínio direto.

5.2. Dando-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto, caso a única conduta remanescente seja admitida.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso concreto, o recorrente alega que os seus direitos de acesso à justiça, à tutela jurisdicional efetiva e à escolha e exercício livre da profissão foram violados:

6.1.1. Os dois primeiros, sendo direitos análogos a direitos, liberdades ou garantias, são amparáveis;

6.1.2. O derradeiro, apesar de ser um direito, liberdade e garantia, deixou de fazer sentido com a exclusão, por ilegitimidade, da conduta que, na opinião do recorrente, o teria vulnerado.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade, basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida. Neste caso concreto, em relação à conduta de não se admitir o recurso de amparo que o recorrente dirigiu ao TRB por se ter entendido que essa espécie de recurso é da competência do TC, não há dúvidas que pode ser atribuída ao Juiz do 2º Juízo Civil do Tribunal da Comarca da São Vicente;

7. Um pedido de amparo de “declaração de nulidade do despacho judicial recorrido com as consequências de invalidade da Nota de Recusa da Secretaria” pode ser considerado congruente com o disposto no artigo 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* e com a prática deste Tribunal.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1 Neste caso concreto, tendo o ato originário sido praticado pela Secretária do Tribunal no dia 30 de junho de 2020, como decorre de f. 119 v. dos Autos, o recorrente insurgiu-se contra o mesmo logo que dele tomou conhecimento. Tanto assim é, que veio o meritíssimo juiz pronunciar-se sobre requerimento que interpôs nesse sentido no dia 14 de julho de 2020. Portanto, a única conduta viável que terá sido praticada, neste caso pelo 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de São Vicente, foi atempadamente suscitada assim que o recorrente dela tomou conhecimento.

8.1.2. Independentemente da questão de se saber se de forma processualmente adequada, o que se enfrentará adiante, pode-se dizer que o fez dentro dos parâmetros deste pressuposto.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca mecanismo que seja idóneo assegurar a defesa de direitos e

interesses legítimos seja ela pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, neste caso por motivos evidentes, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, este possa revogar a sua própria decisão.

8.2.2. Na situação concreta que temos em mãos, é muito duvidoso que sequer se tenha esgotado as vias ordinárias de recurso ou meios de reação equiparados suscetíveis de garantir a tutela dos direitos do recorrente pelos tribunais judiciais. Impugnando uma decisão de juiz de instância que indeferiu um pedido referente a um ato de secretaria que se negou a receber um recurso de amparo constitucional que o recorrente pretendia dirigir ao TRB, entende-se que – permitindo a lei permite que o faça, num caso notório de rejeição sumária de recurso, conducente à sua não-admissão – era exigível que, nos termos do artigo 599, parágrafo primeiro, do CPC, reclamasse para o tribunal de recurso que, na sua opinião, seria competente para o conhecer e aguardasse pelo seu pronunciamento antes de protocolar o recurso de amparo junto à secretaria deste Tribunal.

Não obstante o Tribunal Constitucional poder reiterar que ele é a única entidade judicial que poderá conhecer de recursos de amparo – o que sempre permitiria afastar o recurso por remissão ao *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 36-42, 5 e ss, que recupera pronunciamentos no mesmo sentido de arestos anteriores deste TC, a saber: *Acórdão 2/2019, de 31 de janeiro, João Baptista Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 474-480, 2.1; do *Acórdão 4/2019, de 24 de janeiro, Eduíno Whanon Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 486-493, d), e do *Acórdão 49/2020*,

de 5 de novembro, *Pedro Rogério Delgado v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, pp. 520-523, d). Ademais, o recurso sempre teria sido incorretamente protocolado junto à secretaria do tribunal de instância recorrido, e não apresentado à secretaria do Tribunal Constitucional, como determina claramente o artigo 7º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

Mesmo com toda a boa vontade em ultrapassar essas questões formais, o Tribunal Constitucional nunca poderia conhecer o recurso nesta fase do processo, posto que a decisão ordinária que é contestada pelo recorrente sempre seria passível de ser tutelada por outros meios ordinários que o recorrente aparentemente se recusa a utilizar. Isso na medida em que se tratava de uma decisão judicial impugnável por meio de recurso nos termos do artigo 585, parágrafo primeiro, do CPC, sem que interviesse qualquer causa de irrecorribilidade em razão do valor da causa, de natureza ou do sentido da decisão judicial, conforme, respetivamente, os artigos 587, 588 ou 589, parágrafo primeiro, todos do CPC, dispõem. Pelo contrário, remetendo a decisão que apreciou a competência do tribunal, sempre seria recorrível à luz do disposto no artigo 601, parágrafo primeiro, alínea b), do CPC. Destarte, não parece a este Pretório que o pressuposto especial de esgotamento das vias ordinárias de recurso foi cumprido pelo recorrente, inabilitando esta Corte Constitucional a conhecer a questão no mérito. (*Acórdão 49/2020, de 5 de novembro*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2020, pp. 520-523, d); *Acórdão 50/2020, de 6 de novembro, António Ferreira v. TRB*, JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, pp. 524-527, d); *Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, pp. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, pp. 565-573, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2604-2610, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2571-2579, d); *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, pp. 121-126, d); *Acórdão 18/2022, de 19 de abril, Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, pp. 1590-1596, d);

Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária v. PGR, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, d); *Acórdão 48/2022, de 12 de dezembro*, Djanine Gomes Rosa v. TRB, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 50-55, d)).

9. Como se tem considerado em outras ocasiões, a ausência de uma das condições de recorribilidade é suficiente para conduzir à inadmissão do recurso, ficando sem efeito útil qualquer inquérito sobre a presença ou não das causas especiais de inadmissão previstas pelo artigo 16, alínea e) e f), da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

10. Através de requerimentos supervenientes à submissão do recurso de amparo pediu igualmente que o TC ordene ao Escrivão de Direito que envie ao TC certidão do ato de comunicação ao Registo Civil para a apreciação da sua legalidade, “prevendo a nulidade do ato ou inexistente o ato impugnado por ter sido emanado diante do não trânsito de sentença declaratória em julgado, em autos de investigação de paternidade” ou que se declare a sua ilegalidade por omissão, face ao requerimento recebido pela Secretaria em 6 de novembro de 2020, e pedindo a secretaria da entidade recorrida, dentro do prazo que lhe vier a ser fixado por acórdão, que comunique, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25 da Lei do Amparo, o cancelamento da registada menor como filha do requerente no seu assento de nascimento; e ainda que adotasse as medidas cautelares destinadas a suspender a executoriedade da decisão de pagamento de custas judiciais, por a secretaria do tribunal recorrido ter ordenado [???], sem que a sentença, que julgou procedente e provada a ação de investigação de paternidade n.º 41/2025, tivesse transitado em julgado no mês de março de 2020, porquanto da execução da referida decisão resultaria prejuízo irreparável ou de difícil reparação para o recorrente e a inutilidade do amparo requerido.

10.1. A este respeito, o Tribunal já havia fixado orientação no sentido de que existe uma relação indissociável e instrumental entre o amparo destinado a remediar situações de violação de direitos, liberdades e garantias e as medidas provisórias requeridas no âmbito dos mesmos autos (*Acórdão 08/2019, de 14 de fevereiro, João Baptista Delgado*

v. *TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, p. 509-511, II.).

10.2. A mesma orientação tem sido adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Cleidir Smedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, p. 1648-1655; *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 484-490, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p. 1227-1232, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 121-131, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 151-155, d); *Acórdão 26/2020, de 09 de julho, Vanda de Oliveira v. TJCSV*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2152-2157; *Acórdão n.º 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 27 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, de 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 29/2021, de 03 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2264-2270, d); *Acórdão 34/2021, de 11 de junho de 2021, Anilson Silva v. CSMJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2299-2305, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, III; *Acórdão 41/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2580-2590, III; *Acórdão 45/2021, de 06 de 22 outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, III, *Acórdão 51/2021, de 25 novembro, Pedro Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 95-99, III, *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no

Boletim Oficial, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 121-126, III.; *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 30, de 5 de abril de 2022, p. 909-916, III.; *Acórdão 18/2022, de 19 de abril, Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, p. 1590-1596, III; e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2023, p. 42-49, III.

10.3. Do que decorre que a não-admissão do recurso de amparo, prejudica a avaliação do pedido de decretação de medidas provisórias, as quais, em tais casos, devem ser, sem mais, liminarmente rejeitadas.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento, e negam a concessão das medidas provisórias requeridas.

Registe, notifique e publique.

Praia, 20 de março de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 20 de março de 2023.

O Secretário,

João Borges